| | | |
|---|---|---|
| **PROCESSO Nº** | : | 11476.000095/2016-67 |
| **INTERESSADO** | : | Superintendência de Administração do MF no Amazonas-SAMF/AM |
| **ASSUNTO** | : | Edital de Pregão Eletrônico para a contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços de mão de obra terceirizada de **Digitador e Motorista, para atender a PFN/AM.** |

# TERMO DE REFERÊNCIA

## 1. DA INTRODUÇÃO:

1.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto no inciso I e § 2° do artigo 9° do Decreto n° 5.450, de 31/05/2005, publicado na Seção 1 do Diário Oficial da União de 01/06/2005.

1.2. O presente Termo de Referência temo como objeto subsidiar procedimento licitatório para contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços continuados de mão de obra terceirizada de **01 (um) DIGITADOR** e **01 (um) MOTORISTA,** para atendimento das necessidades logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM,** incluindo todas as despesas necessárias a boa execução dos serviços, conforme especificações constantes deste **"TERMO DE REFERÊNCIA",** Anexo I da Minuta do Edital de Pregão Eletrônico nº XX/2016-SAMF/AM.

1.3. Em conformidade com o que estabelece o Artigo 48, Inciso I – da Lei Complementar nº 123 e Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, a presente licitação destina-se exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

## 2. DO OBJETIVO:

2.1. A Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas – PFN/AM, pretende e necessita contratar no âmbito da SAMF/AM, pessoa jurídica para o fornecimento de mão de obra terceirizada, com dedicação exclusiva, de **01 (um) DIGITADOR** e **01 (um) MOTORISTA,** para atendimento das necessidades logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM,** incluindo todas as despesas necessárias à boa execução dos serviços, e de acordo com as regras contidas no correspondente Edital, seus Anexos e nos termos do presente Termo de Referência, com observância as disposições da Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.450/2005; IN-MPOG nº 02/2008, alterada pela IN nº 06 de 23/12/2013, IN nº 03 de 24/06/2014, que estabelece os procedimentos para a operacionalização da Conta

vinculada; Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, utilizando-se subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações.

2.2. Pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis e o atendimento adequado das necessidades da Administração.

2.3. A economicidade a ser obtida pela Administração, em relação à contratação dos serviços em questão, será pelo recurso da competitividade entre empresas do ramo, mediante regular e adequado certame licitatório, cujo fator preponderante certamente será a "Proposta mais vantajosa para a Administração, qual seja, aquela que ofertar o menor preço e satisfazer todas as exigências do edital". Assim, mediante tal critério e/ou parâmetro, necessariamente a Administração obterá a economia, não obstante seja ela uma expectativa que dependerá diretamente do preço praticado no mercado em relação ao preço ofertado pela empresa.

## 3. DO OBJETO:

3.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação dos serviços continuados de mão de obra terceirizada, envolvendo as categorias profissionais de **DIGITADOR E MOTORISTA,** para atendimento das necessidades logísticas e administrativas, no suporte à atividade finalística da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM,** incluindo todas as despesas necessárias a boa execução dos serviços, e de acordo com o quantitativo de postos necessários a atender o Órgão, demonstrado a seguir.

| ITEM | CATEGORIA PROFISSIONAL | PFN/AM | SOMA |
|---|---|---|---|
| 01 | DIGITADOR | 01 | 01 |
| 02 | MOTORISTA | 01 | 01 |
| | **TOTAIS** | **02** | **02** |

3.2. Os serviços serão prestados na unidade da **PFN/AM**, abaixo identificada:

| Nº | UNIDADE | ENDEREÇO |
|---|---|---|
| 01 | Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM | Rua Jonathas Pedrosa nº 1902 – Bairro Praça 14 de Janeiro: 69020-110 MANAUS/AM |

## 4. DA JUSTIFICATIVA:

4.1. Os serviços especializados e contínuos de mão de obra terceirizada de **Digitador e Motorista**, pleiteados, destinam-se ao atendimento das necessidades da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas – PFN/AM**, cujo contrato terá vigência de 12(doze) meses, podendo no interesse da Administração, ser prorrogado por iguais e sucessivos período, até o limite de 60 (sessenta) meses

4.2. A Contratação em tela se faz necessária para que não haja a interrupção na prestação dos serviços, tendo em vista que o **Contrato de nº 14/2012-SAMF/AM,** ora vigente, cujo objeto consiste na prestação dos serviços de mão de obra terceirizada de **01 (um) digitador** para atender a PFN/AM, se encerra no dia 31/12/2016 e o **Contrato de nº 06/2015-SAMF/AM,** ora vigente, cujo objeto consiste na prestação dos serviços de mão de obra terceirizada de **01 (um) motorista** para atender a PFN/AM, se encerra no dia 31/12/2016, e **não serão prorrogados**, tendo em vista os termos das Cartas enviadas pela Contratada, no dia 24 de junho de 2016 a esta Superintendência, comunicando que não há interesse na prorrogação dos contratos, devido ao momento econômico em que nos encontramos, **conforme consta às fls. 06 a 07 do processo.**

4.3. A licitação, além de suprir as lacunas e estruturar os serviços, é fundamental para o cumprimento da missão da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM**, que por não haver servidor em seu quadro para a execução dos serviços em questão, torna-se necessária a contratação objeto deste Termo.

4.4. As atividades a serem desenvolvidas na Contratação pretendida não são inerentes às categorias funcionais contidas no Plano de Cargos do Ministério da Fazenda, o que é expressamente vedado pelo Artigo Primeiro, Parágrafo Segundo do Decreto nº 2.271/1997 (item 22 do PGFN/CJU/COJLC/nº 2567/2010).

**4.5. Os serviços em questão são comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas e permitem estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto, correspondendo às exigências da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 3.555/200 e do Decreto nº 5.450/2005.**

4.6. Todos os critérios ambientais e de segurança do trabalho, respeitaram os princípios da legalidade e da isonomia entre os licitantes e não restringem a competição porque decorrem de normas gerais que devem ser seguidas por todas as empresas dos setores envolvidos no objeto licitado.

4.7. O Ministério da Fazenda, perante a responsabilidade objetiva do Estado no que diz respeito à promoção do bem-estar dos administrados e à preservação do meio ambiente de forma

sistemática e contínua, implementa política de responsabilidade sócio ambiental que visa à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no seu ambiente de trabalho. Assim, este Termo de Referência está em sintonia com a Gestão Pública Sustentável.

4.8. Não haverá empregados da Contratada, durante a execução contratual, em situação de subordinação perante a Contratante, nem haverá exigência de pessoalidade, ou seja, caberá à Contratada a liberdade de indicar os profissionais que serão selecionados para prestação dos serviços, mediante entrevista, a ser realizada pelo Órgão.

## 5. DOS PROCEDIMENTOS PARA A CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratação de mão de obra terceirizada na prestação dos serviços descritos no objeto do presente Termo de Referência, dar-se-á através de procedimento licitatório, **na modalidade Pregão, em sua forma Eletrônica, do tipo menor preço global por item,** em sessão pública a ser realizada por meio do sistema eletrônico, no Portal de Compras do Governo Federal COMPRASNET, sítio www.comprasnet.gov.br;

5.2. Os itens do objeto a serem contratados estão enquadrados na classificação de serviços comuns, em conformidade com disposto no § 1° do art. 2° do Decreto n° 5.450/05, combinado com o anexo II, art. 1º, do Decreto 3.555/2000, pois seus padrões podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

## 6. DOS VALORES ESTIMADOS:

6.1. A Contratante pagará, pela execução dos serviços, o preço mensal conforme discriminado nas **Planilhas de Custos e Formação de Preços da Contratada, Anexo II do Edital.**

6.2. De acordo com pesquisa de mercado realizada pelo Serviço de Suprimentos/DRL/SAMF/AM, o valor global dos serviços está estimado anualmente para **o ITEM I,** o valor de **R$ 62.666,56** (sessenta e dois mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) e o para o **ITEM II**, o valor de **R$ 55.434,28** (cinquenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos).

## 7. DA JORNADA DE TRABALHO:

7.1. Os serviços serão executados em jornada de **40 (quarenta) horas semanais,** conforme a Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Funcionários de Asseio e Conservação do Estado do Amazonas, **para o MOTORISTA.**

7.2. Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, no horário entre **08:00 às 12:00, e de 14:00 às 18:00,** respeitando o intervalo de 1(uma) hora para a refeição, **para o MOTORISTA.**

7.3. Para o **DIGITADOR** a jornada de trabalho será **de 06 (seis) horas diárias de segunda a sexta feira.**

7.4. Os horários de trabalho poderão sofrer alterações de acordo com as necessidades da CONTRATANTE que deverá comunicar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que sejam tomadas as providências necessárias.

7.5. Os empregados da Contratada destacados a prestarem serviços nas dependências da Contratante deverão cumprir, *rigorosamente* e *obrigatoriamente*, o quantitativo de horas semanais correspondentes a cada categoria, adequando-se ao horário de expediente da Administração Pública, ou dentro das necessidades desta, respeitando sempre seu limite de horas estabelecido em lei;

7.6. As jornadas de trabalho, sempre que possível, poderão anteceder ou suceder as dos servidores das unidades administrativas, de forma a evitar que a execução dos serviços interfira nas atividades internas dessas unidades, no atendimento aos contribuintes, demais servidores e usuários em geral;

7.7. Quando, por quaisquer motivos, o empregado deixar de comparecer ao trabalho, outro deverá substituí-lo, *imediatamente*, mediante solicitação da contratante, para evitar a descontinuidade das atividades ou prejuízo para Administração;

7.7.1. Para o efetivo atendimento ao estabelecido no subitem acima, a contratada deverá manter um quadro reserva, em conformidade com as categorias envolvidas na contratação, observando-se os critérios definidos para cada posto de serviço.

7.7.2. Para fins de cumprimento no § 5º do art. 34 da IN/SLTI/MPOG n° 02/2008 e suas alterações, relativo a obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

I – no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT:

a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3° da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

c) pagamento de salários em conformidade com o artigo 459 e § 1º e artigo 465.

d) fornecimento de auxilio transporte e auxílio alimentação, na forma prevista no Decreto nº 95.247/87 e art. 458 da CLT, respectivamente;

e) pagamento do 13º salário;

f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

j) cumprimento das obrigações contidas em convenção, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

k) cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

II No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

7.8. Quando da rescisão contratual nas contratações de que trata o subitem anterior, o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

7.9. Até que a contratada comprove o disposto no subitem anterior a contratante deverá reter a garantia prestada.

## 8. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

8.1. Para o atendimento das necessidades da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM,** a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas, a partir de suas necessidades, concluiu pelo interesse na contratação dos serviços descritos a seguir:

52

**DIGITADOR:**

1 - Executar trabalhos de digitação em microcomputador, digitação de textos, quadro e tabelas de múltipla entrada, desempenhar as atividades inerentes ao cargo, cumprir todas as normas e determinações legais emanadas pelo Contrato, **com Jornada de 06 (seis) horas diárias de segunda a sexta feira.**

**MOTORISTA:**

1 - Executar serviços externos de natureza simples, tais como: conduzir veículo oficial de propriedade da PFN/AM em atividades diárias do Órgão, dar suporte às diligências e operações regimentais e institucionais entre outras atividades inerentes ao cargo, **com jornada de trabalho de 8 horas diárias e 40 horas semanais.**

## 09. REQUISITOS, DEVIDAMENTE COMPROVADOS:

9.1. Para o cargo de **Digitador** exigir-se-á:

a) Segundo grau completo;

b) Conhecimento de informática (digitação, operação de softwares para edição de textos, planilhas, tabelas, etc.)

c) Ser maior de 18 (dezoito) anos, ou ser emancipado;

9.2. Para o cargo de **Motorista** exigir-se-á:

a) Mínimo ensino médio completo ou similar;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria B;

c) Ser maior de 18 (dezoito) anos;

d) Ter experiência de pelo menos 06 (seis) meses, comprovada em Carteira de Trabalho;

e) Cursos de direção defensiva e primeiros socorros atualizados;

f) Não possuir antecedentes criminais;

g) Não ter cometido infrações de trânsito grave ou gravíssima nos últimos 12 meses.

## 10. DOS UNIFORMES PARA O MOTORISTA:

10.1. Serão fornecidos exclusivamente pela contratada, obedecendo ao padrão da empresa, ou por definição prévia entre a contratante e a contratada, confeccionado em tecido compatível com o clima da Região.

10.1.1. Os conjuntos de uniformes a serem fornecidos ao empregado vinculado à contratação serão compostos de 03 (três) camisas brancas de mangas compridas, (02) duas calças sociais na cor azul marinho, 03 (três) pares de meias pretas e 01 (um) par de sapatos pretos.

10.2. O atendimento a esse dispositivo ocorrerá sem nenhum custo aos empregados e serão fornecidos a cada período de 06 (seis) meses, inclusive, em casos de prorrogação do contrato.

10.3. Os uniformes deverão atender as características peculiares e necessidades mínimas de cada empregado, levando em consideração a função a ser desempenhada, seguindo, conforme o caso, as normas de medicina e segurança do trabalho;

10.3.1. Os ajustes porventura necessários, em função do perfil físico dos empregados, serão promovidos pela contratada sem ônus para seus empregados e à contratante.

## 11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.1. Proporcionar todas as facilidades para que a contratada, por intermédio de seus profissionais, possa desempenhar suas obrigações dentro das normas estabelecidas no Contrato e ainda:

a) acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços por meio de um representante especialmente designado, denominado Fiscal do Contrato, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e na IN nº 02/2008, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

b) notificar à Contratada a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

c) não permitir que a mão de obra da Contratada execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas no termo de contrato, ainda que determinadas pela contratada;

d) resolver em conjunto com a contratada, as dúvidas e omissões porventura existentes na execução dos serviços;

e) conferir e atestar as notas fiscais e faturas, por representante especialmente designado, na forma da Lei 8.666/93;

f) efetuar os pagamentos a contratada;

g) exigir, mensalmente, todos os documentos comprobatórios do pagamento de pessoal, benefícios, recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas;

h) efetuar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos funcionários vinculados ao Contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos, conforme o inciso V, do artigo 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.

i) efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA;

j) aplicar à contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

l) exigir garantia, com validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no Contrato, nos moldes do artigo 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com a previsão expressa no instrumento convocatório de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de pagamento de todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, por parte da CONTRATADA, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela CONTRATANTE, conforme estabelecido no artigo 19-A, inciso IV da IN SLTI/MPOG 02/2008;

m) autorizar a devolução da Garantia à CONTRATADA, após o encerramento do Contrato, nas condições estabelecidas;

n) solicitar, mensalmente, ao banco, extrato da conta-depósito vinculada, para acompanhamento dos valores provisionados;

o) autorizar ao banco, a liberação da movimentação da conta-depósito vinculada à CONTRATADA, nas condições estabelecidas;

p) fornecer Atestados de Capacidade Técnica, quando solicitados, desde que atendidas às obrigações contratuais;

q) reter 11% sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, nos termos do art. 31, da Lei 8.212/93; e,

r) comunicar ao Ministério da Previdência Social, à Receita do Brasil e o Ministério do Trabalho e Emprego, qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.

## 12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1. Designar e apresentar formalmente **PREPOSTO** especialmente para representar a **CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**, com poderes para propor ou solucionar questões que envolvam o objeto da contratação.

12.2. Selecionar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, encaminhando aqueles portadores de atestados de boa conduta e demais referências, com os devidos registros profissionais em suas carteiras de trabalho;

12.3. Submeter, previamente, seus profissionais à aprovação da Contratante que se reserva o direito de rejeitar aquele que, mediante processo de avaliação, não preencher os requisitos à execução dos serviços.

12.4. Não substituir qualquer empregado envolvido na presente contratação, sem a prévia e expressa anuência da Contratante, por intermédio do Fiscal do contrato. Na eventual necessidade de substituição, esta deverá ser devidamente motivada.

12.5. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor pactuado;

12.6. Por acordo entre as partes, as supressões poderão exceder ao estabelecido no item anterior, conforme estabelece o Inciso II, Artigo 65 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores;

12.7. Responder, civil e penalmente, por quaisquer danos ocasionados por seus empregados, à Administração, a seu patrimônio ou a terceiros, dolosa ou culposamente, nos seus locais de trabalho, em razão de ação ou omissão da Contratada ou de quem em seu nome agir;

12.8. Manter seus profissionais permanentemente, fardados e identificados com crachás da empresa, com fotografia recente, durante as jornadas de trabalho;

12.8.1. O disposto no subitem anterior deverá ser providenciado, impreterivelmente, no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data de assinatura do contrato.

12.8.2. Não será admitida a permanecia de empregado na dependência do Órgão atendido com a presente contratação, em desacordo com o disposto no **subitem 12.8**, salvo em casos excepcionais, devidamente comprovados pela fiscalização.

12.9. Comunicar imediatamente ao fiscal do Contrato, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional e que atente contra o patrimônio da Contratante, para que sejam adotadas as providências necessárias;

54

12.19. Fornecer no primeiro dia útil de cada mês e em conformidade com os termos do Decreto nº 95.247/87, destacando-se os artigos 2º e 5º, o benefício de auxílio transporte aos seus empregados, relativamente aos dias úteis.

12.20. Fornecer, igualmente, aos seus empregados, auxílio alimentação na forma estabelecida no Art. 458 do Decreto nº 5.452, de 01.05.1943(CLT) e suas alterações, observando-se os dias efetivamente trabalhados.

12.20.1. Fica vedado, no entanto, o fornecimento de alimentação "in natura" em forma de quentinha ou equivalente, pela inexistência de espaço destinado ao uso coletivo com esse fim, nos prédios onde os serviços serão executados.

12.21. Proceder ao atendimento extraordinário, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de greve das categorias, a Contratada obriga-se à prestação dos serviços, por meio de esquema de emergência;

12.22. Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões estabelecidos, para reposição imediata, nos casos de faltas, ou acréscimos de quantitativos, necessários à perfeita execução dos serviços;

12.23. No tocante aos subitens 12.19 e 12.20, os respectivos comprovantes, certificadamente, deverão acompanhar a nota fiscal/fatura do mês anterior.

## 13. DAS OBRIGAÇÕES DO MOTORISTA:

13.1. Cumprir às leis de trânsito;

13.2. Apresentar-se no horário de serviço devidamente uniformizado;

13.3. Dirigir o veículo de acordo com a legislação de trânsito;

13.4. Portar Carteira Nacional de Habilitação (atualizada), Cédula de Identidade, Carteira Funcional e cópia autenticada da documentação do veículo;

13.5. Manter atualizado o exame médico exigido pelo Departamento de Trânsito local;

13.6. Comunicar ao Preposto quaisquer defeitos ou avarias que comprometam o desempenho do veículo ou coloquem em risco o tráfego normal;

13.7. Reparar os danos causados à **PFN/AM** ou a terceiros por sua exclusiva culpa;

13.8. Zelar pela segurança dos passageiros e materiais transportados;

12.10. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Fiscal do Contrato, e a critério deste, no prazo de até 24 (vinte e quatro horas), a contar da data da notificação;

12.11. Manter permanente diligencia, por intermédio do preposto, para que seus empregados tratem com urbanidade e cortesia, servidores dos Órgãos Fazendários, profissionais terceirizados de outras empresas, bem como, contribuintes e ao público em geral;

12.12. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados, seguindo sempre as orientações da contratante, e de acordo com a legislação em vigor que rege a matéria, inclusive, em relação ao controle das frequências.

12.12.1. Apresentar ao Fiscal do Contrato, as folhas de presença de seus empregados, em formato padrão da empresa, relativas ao mês vindouro, até o último dia útil do mês em curso, recolhendo as anteriores.

12.13. Fica vedada a transferência ou subcontratação a outrem, no todo ou em parte, da execução dos serviços objeto da presente licitação sob qualquer pretexto.

12.14. Fornecer mensalmente: cópia da folha de pagamento, bem como, comprovantes de efetivos recolhimentos das contribuições previdenciárias – RCP e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS, relativos ao mês de competência da prestação dos serviços, nos termos do Parágrafo 3º, artigo 42 do Decreto nº 2.173/97;

12.15. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas e previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados, ficando ainda, a Contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

12.16. Substituir, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, por exigência motivada da Administração, qualquer empregado que por alguma razão execute inadequadamente o serviço a ele atribuído;

12.17. Responsabilizar-se, de acordo com a legislação vigente, caso haja a divulgação ou fornecimento de dados e informações, que seus empregados tenham tomado conhecimento em razão da execução dos serviços contratados;

12.18. Manter durante a vigência do Contrato, inclusive em casos de prorrogação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação relativa à presente contratação;

13.9. Não permitir o embarque de pessoas não autorizadas pelo Setor de Transporte;

13.10. Zelar pela integridade e segurança dos documentos pertinentes ao veículo sob sua responsabilidade;

13.11. Respeitar os limites de velocidade das vias públicas, áreas internas, externas e de estacionamento da **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM** e de outros órgãos;

13.12. Não fumar no interior dos veículos;

13.13. Não prestar informações sobre endereço, hábitos e costumes dos passageiros transportados;

13.14. Evitar arrancadas e freadas bruscas;

13.15. Atender com respeito e cortesia todos os passageiros transportados demonstrando interesse pelo serviço executado;

13.16. Portar Carteira Nacional de Habilitação e Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo;

13.17. Solicitar de todos os passageiros a Ficha de Requisição de Veículo devidamente preenchida, assinada e carimbada;

13.18. Solicitar a utilização do cinto de segurança de todos os passageiros;

13.19. Não utilizar os veículos para tratar de assuntos alheios ao serviço da Contratante e para tratar de assuntos particulares;

13.20. Não ingerir bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes, em hipótese alguma, quando em serviço;

13.21. Não afixar emblemas ou distintivos de qualquer natureza nos veículos a serviço da Contratante, a não ser os previstos em contrato;

13.22. Manter-se uniformizado de acordo com o especificado no **subitem 13.2;**

13.23. Comunicar ao Serviço de Transporte a ocorrência de qualquer dano verificado no veículo;

13.24. Manter o veículo a serviço da Contratante sempre em perfeitas condições de limpeza e

asseio;

13.25. Manter-se sempre com cabelo aparado e barbeado;

13.26. Escolher sempre o melhor trajeto, evitando congestionamentos, observando as normas de trânsito;

13.27. Manter-se atento quando estacionado, evitando dormir ou distrair-se com leitura;

13.28. Abrir a porta para os passageiros, sempre que possível, tanto no embarque e desembarque;

13.29. Estacionar os veículos sempre em locais permitidos e iluminados;

13.30. Nunca parar os veículos por solicitação de estranhos;

13.31. Redobrar a atenção em dias chuvosos;

13.32. Respeitar os semáforos, passagens de pedestres, barreiras eletrônicas, proximidades de escolas e hospitais e todos os outros locais que necessitem de maior atenção para cumprimento das normas de trânsito;

13.33. Não iniciar conversações com os passageiros e falar somente quando solicitado;

13.34. Não ligar rádio e ar condicionado sem a concordância dos passageiros;

13.35. Não desobedecer às determinações do Serviço de Transporte;

13.36. Executar todas as atividades inerentes à função de motorista.

## 14. DA UNIDADE E MEDIDA:

14.1. O parâmetro a ser adotado para quantificação e contratação dos serviços aqui propostos é o valor do Homem/Mês (posto de serviço).

## 15. DA CONTRATAÇÃO:

15.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por termo de contrato, celebrado entre a União Federal - Ministério da Fazenda, representada pela Divisão de Recursos Logísticos - SAMF/AM, doravante denominada CONTRATANTE e a licitante vencedora, denominada CONTRATADA, o qual observará os termos da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes, conforme minutas submetida a exame prévio da

Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM, que constitui os **Anexo IX e X,** deste Edital.

15.2. A licitante vencedora será convocada para, **no prazo de cinco dias úteis**, contados da ci ência da convocação, assinar o Termo de Contrato. Em caso de recusa injustificada, su jeitará a empresa à perda do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666/93.

15.3. A Contratante promoverá a publicação resumida do contrato ou de seus aditamentos, no Diário Oficial da União, **até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura**, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

15.4. Antes da celebração do contrato será verificada pela Contratante o cadastramento e a habilitação parcial da licitante vencedora perante o SICAF, por meio de consulta "online" ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.

## 16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

16.1. O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura.

16.2. O Contrato poderá ser prorrogado a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, caso sejam preenchidos os requisitos abaixo enumerados de forma simultânea, e autorizado formalmente pela autoridade competente, conforme artigo 30-A da IN nº 02/08:

a) Os serviços tenham sido prestados regularmente;

b) A CONTRATANTE mantenha interesse na realização do serviço;

c) O valor do Contrato permaneça economicamente vantajoso para a CONTRATANTE;

d) A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação.

## 17. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

17.1. O equilíbrio econômico e financeiro dar-se-á através da **repactuação** e do **reajuste** de preços, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano.

17.1.1. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira **repactuação** e/ou **reajuste** será contado a partir:

a) da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-bases destes instrumentos.

17.2. O prazo para a CONTRATADA solicitar a **repactuação** e/ou **reajuste** encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente à nova negociação coletiva de trabalho que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo Contrato, ou na data do encerramento da vigência do Contrato, caso não haja prorrogação.

17.3. Caso a CONTRATADA não solicite a **repactuação** e/ou **reajuste** tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá à preclusão do direito à repactuação.

17.4. Na hipótese mencionada no subitem anterior, se a vigência do Contrato tiver sido prorrogada, nova **repactuação** e/ou **reajuste** só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

a) da vigência da negociação coletiva de trabalho anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado; e

**c) caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado a nova negociação coletiva de trabalho da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.**

17.5. Quando os custos forem referentes a salários, será utilizado como parâmetro para a **repactuação** o índice de variação salarial apurado a partir da negociação coletiva de trabalho firmado pelo sindicato a que pertencerem os funcionários da CONTRATADA. Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe a CONTRATADA comprovar, caso pleiteie repactuação do Contrato, a variação do salário de seus funcionários, sem prejuízo do necessário exame, pela CONTRATANTE, da pertinência das informações prestadas.

17.6. Quando os custos forem referentes a insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais, será utilizado como parâmetro para o **reajuste** índices oficiais, previamente definidos no Contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE.

17.7. É vedada a inclusão, por ocasião da **repactuação**, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

17.8. Quando a **repactuação** e/ou **reajuste** referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

a) os preços praticados no mercado ou em outros Contratos da Administração;

b) as particularidades do Contrato em vigência;

c) a nova planilha apresentada com a variação dos custos;

d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

e) a disponibilidade orçamentária da CONTRATANTE.

17.9. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para verificar a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

17.10. Os novos valores contratuais decorrentes das **repactuações** e/ou **reajustes** terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à **repactuação** e/ou **reajuste**;

b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas **repactuações** e/ou **reajustes**; ou

c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a **repactuação** envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de negociação coletiva de trabalho, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do

pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em **repactuações** futuras.

17.11. Na hipótese prevista na alínea "c", o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

17.12. A CONTRATANTE deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação vantajosa.

17.13. A decisão acerca do pedido de **repactuação** e/ou **reajuste** deve ser proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

17.14. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

## 18. DOS PROCEDIMENTOS DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercidos por um representante da Administração, especialmente designado na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e do art. 6º do Decreto nº 2.271/97 e conforme IN/SLTI/MP nº 2/2008, alterada pela IN n° 06/2013;

18.2. Não obstante a Adjudicatária seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente por fiscal designado, podendo para isso:

18.2.1. ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da Adjudicatária que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

18.3. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

18.3.1. recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

18.3.2. recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

18.3.3. pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

18.3.4. fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação quando cabível;

16.3.5. pagamento do 13º salário;

18.3.6. concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

18.3.7. realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

18.3.8. eventuais cursos de treinamento e reciclagem;

16.3.9. encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: RAIS e a CAGED;

18.3.10.cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho;

18.3.11. cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato;

18.3.12. espelho da folha de pagamento específica do contrato;

18.3.13. cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

18.3.14. os recolhimentos das contribuições ao INSS;

18.3.15. cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

18.3.16. cópia do Comprovante de Declaração à Previdência;

18.3.17. examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional;

18.4. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas ao seu Fiscal, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

18.5. A Adjudicatária deverá indicar um preposto para, se aceito pela **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM,** representá-la na execução do Contrato;

18.6. Nos termos da Lei nº 8.666/93 constituirá documento de autorização para a execução dos serviços o contrato assinado acompanhado da Nota de Empenho;

18.7. Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela Adjudicatária, sem ônus para a **Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM;**

18.8. A fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da Adjudicatária, para assegurar-se de que as tarefas sejam executadas na forma preestabelecida;

18.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, a contratante deverá entregar até o dia trinta do mês seguinte da prestação dos serviços a documentação constante no art. 34, § 5º, alínea "b" da IN nº 2/2008 – MPOG.

18.10. A fiscalização, exigirá, ainda, a entrega da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

18.10.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

18.10.2 guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

18.10.3 extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado; e

18.10.4.exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

18.11. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato, deverão ser encaminhadas a seu superior em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

## 19. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA-BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO:

19.1. Para a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas, a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas, provisionará, mensalmente, valores para o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário; das férias e um terço constitucional e das verbas rescisórias aos trabalhadores da CONTRATADA, que serão depositados pela CONTRATANTE em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em consonância com o disposto no artigo 19-A e no Anexo VII, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008.

19.2. A CONTRATANTE deverá firmar Termo de Cooperação Técnica com Instituição Financeira, o qual determinará os termos para a abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação e as condições para a sua movimentação, conforme modelo constante do **Anexo III da Instrução Normativa nº 03 de 24 de junho de 2008.**

19.3. A assinatura do Contrato de prestação de serviços entre a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas e a licitante vencedora do certame será precedida do seguinte ato:

a) autorização, por parte da Empresa, para abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação para depósito de provisão e retenção de valores, em seu nome, conforme **Termo de Cooperação Técnica, que será assinado pela contratada.**

19.4. O montante do depósito vinculado deixará de compor o valor mensal a ser pago diretamente à CONTRATADA e será igual ao somatório dos valores das seguintes provisões e percentuais:

| ITEM | PERCENTUAL | | |
|---|---|---|---|
| 13º (décimo terceiro) salário | 8,33% (oito vírgula trinta e três por cento) | | |
| Férias e 1/3 Constitucional | 12,10% (doze vírgula dez por cento) | | |
| Multa sobre FGTS e contribuição social sobre o aviso prévio indenizado e sobre o aviso prévio trabalhado | 5,00% (cinco por cento) | | |
| Subtotal | 25,43% (vinte e cinco vírgula quarenta e três por cento) | | |
| Incidência do Submódulo 4.1 sobre férias, um terço constitucional de férias e 13º (décimo terceiro) salário* | 7,39% (sete vírgula trinta e nove por cento) | 7,60% (sete vírgula seis por cento) | 7,82% (sete vírgula oitenta e dois por cento) |
| Total | 32,82% (trinta e dois vírgula oitenta e dois por | 33,03% (trinta e três vírgula zero três por cento) | 33,25% (trinta e três vírgula vinte e cinco por |

| | | | |
|---|---|---|---|
| | cento) | | cento) |

* Considerando as alíquotas de contribuição de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento) referentes ao grau de risco de acidente do trabalho, previstas no artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19.5. Os valores provisionados na forma do **subitem 19.4** somente serão liberados, mediante autorização da CONTRATANTE, para pagamento das verbas de que trata e nas seguintes condições:

a) parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos funcionários vinculados ao Contrato, quando devido;

b) parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a um terço de férias previsto na Constituição Federal vigente, quando do gozo de férias pelos funcionários vinculados ao Contrato;

c) parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa do empregado vinculado ao Contrato;

d) ao final da vigência do Contrato, para o pagamento das verbas rescisórias;

19.6. A CONTRATADA poderá solicitar autorização da CONTRATANTE para utilizar os valores da conta-depósito vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos funcionários, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato.

19.6.1. Para a liberação dos recursos da conta-depósito vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas aos funcionários, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a CONTRATANTE os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

19.6.2. Após a confirmação da ocorrência da situação que ensejou o pagamento de indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, A CONTRATANTE expedirá a autorização para a movimentação da conta-depósito vinculada e a encaminhará a instituição financeira no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela CONTRATADA.

19.6.2.1. A autorização referida no subitem anterior deverá especificar que a movimentação será exclusiva para o pagamento das indenizações trabalhistas aos trabalhadores favorecidos.

19.7. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 03 três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

19.8. O saldo existente na conta-depósito vinculada apenas será liberado com a execução completa do Contrato, após a comprovação, por parte da CONTRATADA, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

19.9. O saldo da conta-depósito vinculada será remunerado pelo índice da poupança ou outro definido no Termo de Cooperação Técnica, observada a maior rentabilidade.

19.10. A CONTRATADA arcará com eventuais custos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação previsto no Termo de Cooperação Técnica.

## 20. DO PAGAMENTO:

20.1. A CONTRATANTE deduzirá das faturas mensais o valor proporcional aos dias não trabalhados pelos funcionários da CONTRATADA, calculado sobre o valor total do respectivo posto de trabalho, caso a empresa não promova a substituição imediata.

20.2. O primeiro faturamento, para fins de ajuste, deverá corresponder aos dias do mês de assinatura do Contrato e os seguintes deverão ser faturados considerando o mês integral.

20.3. **A nota fiscal/fatura deverá ser entregue na Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM, no endereço: Rua Jonathas Pedrosa nº 1902 – Bairro Praça 14 de Janeiro – CEP: 69.020-110, para fins de liquidação e pagamento.**

20.4. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, nota fiscal/fatura dos serviços, em 2 (duas) vias, emitidas no mês subsequente ao da prestação dos serviços.

20.5. Recebida a nota fiscal/fatura e a documentação mencionada no **subitem 20.7,** o Fiscal do Contrato deverá apor a data de recebimento e assiná-la.

20.6. A CONTRATADA deverá discriminar no corpo da nota fiscal/fatura o endereço, o CNPJ, o número do Banco, da Agência e da Conta Corrente da empresa, a descrição clara do objeto e número do Contrato, valores, glosas, em moeda corrente nacional e retenções tributárias, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação conforme legislação vigente.

20.7. A CONTRATADA deverá entregar, para pagamento, juntamente com a nota fiscal/fatura, os seguintes documentos:

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral e Contribuintes (CGC);

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhista - CNDT;

f) Declaração de optante do Simples (declaração IN SRF nº 480/2004), **caso seja optante deste regime de tributação;**

g) planilha mensal de faturamento, contendo os seguintes campos: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados e não trabalhados, férias, licenças, faltas, coberturas, salário, vale transporte e alimentação, glosas, valor mensal do posto, valor faturado, entre outros;

h) planilha mensal com o demonstrativo para a retenção na conta-depósito vinculada, discriminando o nome dos funcionários, data de admissão, salários e as quantias correspondentes para o provisionamento.

20.7.1 Os documentos mencionados nas alíneas "a" a "d" do **subitem 20.7** poderão ser substituídos, total ou parcialmente, por declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

20.8. O atesto dos serviços efetivamente prestados deverá ser efetuado pela fiscalização do Contrato em até 3 (três) dias úteis após a apresentação de todos os documentos de cobrança previstos, e ainda, a verificação da regularidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis) e no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

20.9. O prazo para pagamento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pela fiscalização do Contrato, não deverá ser superior a 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua apresentação.

20.10. No caso de incorreção, inconsistências ou dúvidas nos documentos apresentados, e ainda se a nota fiscal/fatura apresentar erro ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, serão estes restituídos à CONTRATADA para as correções solicitadas, no prazo máximo de 3 (três) dias corridos, contados a partir do recebimento da diligência pela CONTRATADA.

20.11. Na hipótese prevista no **subitem 20.10** o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

20.12. A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas – SAMF/AM, não responderá por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes em decorrência do **subitem 20.10.**

20.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

20.14. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados utilizando-se as alíquotas previstas para o objeto do Contrato.

20.14.1. Os pagamentos a serem efetuados em favor da CONTRATADA, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o financiamento da Seguridade Social – COFINS, e Contribuição para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, conforme determina o artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996;

b) Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13/11/2009, conforme determina a Lei nº 8.212, de 24/07/1991;

c) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, na forma da Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

20.15. O atraso no pagamento da nota fiscal/fatura por parte da CONTRATANTE, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos funcionários nas datas regulamentares.

20.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de compensação financeira
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

## 21. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

21.1. A despesa com a execução dos serviços, objeto desta licitação, correrá à conta da seguinte dotação Orçamentária:

**- PFN/AM**: Categoria Econômica 339039; Programa de Trabalho Reduzido 085572; PI PGTERCE2000; Fonte 0157000000; UG 170008, para o exercício financeiro de 2017, cabendo a responsabilidade pela emissão da Nota de Empenho e respectivo pagamento, ao SIOFI/SAMF/AM.

21.2. Em cumprimento ao Art. 16, inciso II da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101, de 04/05/2000, o Ordenador de Despesa declara que a despesa referente ao pagamento das faturas inerentes ao Contrato, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

## 22. DA AUTORIZAÇÃO E INDICAÇÃO DO PREGOEIRO:

22.1. Para a contratação aqui especificada, **solicitamos autorização e aprovação** de procedimento licitatório, na modalidade de **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL POR ITEM,** de acordo com o estabelecido na Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto nºs 5.450/2005 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

22.2. Para a realização do procedimento licitatório ficam indicados os servidores **LUIZ CARLOS MARTINS GAYA**, como Pregoeiro, **IRENE AROUCHA DE ARAÚJO** e **ANA LUCIA HOLANDA LEITÃO**, como Equipe de Apoio.

22.3. Visando compor o processo licitatório, foi anexada a Portaria nº 109 de 21 de outubro de 2015, da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas, designando o pregoeiro e sua equipe de apoio, **às fls. 64 do processo.**

22.4. Foram anexadas aos autos, os **formulários de Pedido de Autorização e Despacho de Autorização para a nova contratação**, devidamente assinados pelo Gestor de Contratos da SAMF/AM, Superintendente de Administração do Ministério da Fazenda no Amazonas-SAMF/AM e pela Procuradoria da Fazenda Nacional no Amazonas-PFN/AM, conforme consta **às fls. 46 a 47 do processo.**

22.5. Encaminhe-se ao Sr. Gerente da Divisão de Recursos Logísticos, para autorização e posterior envio ao Sr. Superintendente de Administração, para a aprovação.

| **ELABORADO EM: 10/08/2016** | **APROVADO EM: 10/08/2016** |
|---|---|
| **Olga Laís Loureiro Gomes**<br>Chefe do SISUP/DRL/SAMF/AM<br>Substituta | **Maria Jacy de M.A. Ribeiro**<br>Gerente da DRL/SAMF/AM<br>Substituta |

**RATIFICO EM: 10/08/2016**

**João Antonio Figueiredo Tavares**
Superintendente de Administração/SAMF/AM